



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS
PREVIDENCIÁRIOS**

O **MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO-ES**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, sediada à Rua Pedro de Alcântara Galvêas, 122, Centro, CEP 29.580-000, Dorcas do Rio Preto, Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ sob o nº 27.167.386/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Exmo. Sr. **CLEUDENIR JOSÉ DE CARVALHO NETO**, brasileiro, casado, empresário, CPF Nº 005.631.697-61 e Identidade Nº 08.786.997-0 IFP/RJ, residente e domiciliado à Rua Adair Furtado de Souza, Nº 172, Centro, nesta Cidade, doravante denominado **DEVEDOR**, e o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO - PREVIDRP**, autarquia municipal, instituída pela Lei Municipal nº 570/2002, inscrita no CNPJ sob o nº 05.776.797/0001-37, situado na Praça Elisa Rodolpho Gualandí, nº 159, Centro, Dorcas do Rio Preto/ES, CEP 29.580-000, neste ato representado pelo Senhor **JOSÉ CARLOS NUNES DE MELO**, Presidente, portador do CPF nº 652.964.607-82 e do RG nº 36.98812-8 SSP/RJ, doravante denominado **CREDOR**, com fundamento na Lei Municipal Ordinária nº 954/2021, de 25 de outubro de 2021, e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos servidores do Município de Dorcas do Rio Preto - PREVIDRP é CREDOR junto ao DEVEDOR Município de Dorcas do Rio Preto-ES da quantia de R\$ 1.287.357,48 (um milhão, duzentos e oitenta sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta oito centavos), correspondente ao aporte financeiro destinado à cobertura de insuficiência financeira apurada nos exercícios de 2018 e 2019.

Pelo presente instrumento o município de Dorcas do Rio Preto-ES confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma estabelecida neste termo.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.287.357,48 (um milhão, duzentos e oitenta sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta oito centavos), devidamente atualizado e corrigido, será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

A primeira parcela vencerá no dia 30 de novembro de 2021 e as demais parcelas na mesma data dos meses subsequentes, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na cláusula terceira até a data da inscrição em dívida ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos serão atualizados pelo INPC, acrescido da taxa de juros de 1% (um por cento) ao ano, acumulada desde a data de vencimento, até a data da assinatura de termo de acordo de parcelamento, dispensada a multa conforme determina o artigo 2º, da Lei Municipal n.º 954, de 25 de outubro de 2021.

§ 1º - As parcelas vincendas definidas na cláusula segunda serão atualizadas pelo INPC acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data da assinatura do presente termo de acordo até a data do efetivo pagamento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 2º - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas acarretará na atualização pelo mesmo índice e juros estabelecidos nos artigos 2º da Lei Municipal n.º 954/2021, mais multa de 1% (um por cento) ao ano, acumulados desde a data de vencimento.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em dívida ativa, no todo ou em parte.

CLÁUSULA QUINTA: DA IRRETRATABILIDADE

A assinatura do presente termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda,



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389, 394 e 395, do Código de Processo Civil – Lei Federal n.º 13.105/2015.

CLÁUSULA SEXTA: DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por afixação no mural de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto-ES.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA QUITAÇÃO ANTECIPADA

Havendo interesse entre as partes, o DEVEDOR poderá antecipar o pagamento das parcelas, fazendo-o na ordem inversa dos vencimentos.

CLÁUSULA: DO FORO


Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem a Comarca de Dorcas do Rio Preto-ES.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Dorcas do Rio Preto-ES, 17 de novembro de 2021.

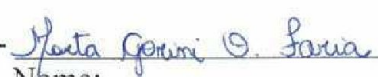

**CLEUDENIR JOSÉ DE CARVALHO
NETO**

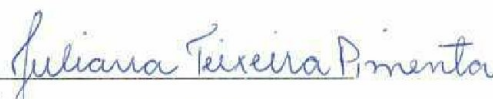
Prefeito Municipal
CNPJ Nº 27.167.386/0001-87


**JOSÉ CARLOS NUNES DE
MELO**

Presidente do PREVIDRP
CNPJ Nº 05.776.797/0001-37

Testemunhas:

1- 
Nome:
CPF nº 168.719.807-17

2- 
Nome:
CPF nº 042.558916-13



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI ORDINÁRIA Nº 954 DE 2021

**"DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE
DÉBITOS REFERENTES A APORTES
FINANCEIROS DEVIDOS E NÃO
REPASSADOS AO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL –RPPS"**

O Prefeito de Dorcas do Rio Preto-ES, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Dorcas do Rio Preto-ES com seu Regime Próprio de Previdência – RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do rio Preto – PREVIDRP, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2014 e nº 307/2013, por meio de Termo de Adesão.

I - O valor a ser parcelado será de R\$ 1.287.357,48 (um milhão, duzentos e oitenta sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta oito centavos).

Parágrafo único. O termo de adesão ao parcelamento, que trata o caput deste artigo, poderá ser feito em até 60 (sessenta) parcelas mensais, devendo ser formalizado até a data de 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º - O valor originário constante no I do artigo 1º será atualizado pelo INPC, acrescido da taxa de juros de 1% (um por cento) ao ano, acumulada desde a data de vencimento, até a data da assinatura de termo de acordo de parcelamento, dispensada a multa.

Art. 3º - No caso de reparcèlement de aporte financeiro não realizado, deverá ser observado o disposto no art. 2º desta Lei para atualização e apuração do montante devido.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 4º - O atraso no pagamento da parcela acarretará na atualização pelo mesmo índice e juros estabelecidos nos artigos 2º desta lei, mais multa de 1% (um por cento) ao ano, acumulados desde a data de vencimento.

Art. 5º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcimento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcimento e de autorização fornecida pelo agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal consignará nos orçamentos anuais do município, durante o prazo que vier a ser estabelecido no parcelamento, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios, decorrentes do cumprimento desta lei.

Art. 7º - Fica o Diretor Presidente do Instituto de Previdência e o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizados a celebrar o termo de parcelamento, nos termos desta lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Dorcas do Rio Preto-ES, 25 de outubro de 2021.

CLEUDENIR JOSÉ DE CARVALHO NETO
PREFEITO MUNICIPAL